

## AS INTERAÇÕES SOCIAIS E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA\*

SILVA, Vera Lúcia Neri da– UFF

GT: Educação de crianças de 0 a 6 anos/ n. 07

Agência Financiadora: CAPES

Falamos de identidade social como uma construção simbólica que se dá em relação ao outro e se constitui num processo histórico e cultural que, operando com o passado, com a ancestralidade e a hereditariedade, processa o presente e transforma-se a cada momento e a cada contexto da história (Silva, 2002). Sendo assim, é recorrente observarmos como os grupos sociais operam com as suas identidades raciais e culturais dentro do contexto histórico-social brasileiro, marcado pela ideologia do branqueamento como realização identitária valorativa.

Para abordarmos tal questão, torna-se necessário fazermos uma definição do conceito raça e racismo e suas derivações, como o preconceito, a discriminação e os estereótipos raciais atribuídos à população negra; estas definições são fundamentais para que possamos compreender a questão do racismo e sua constituição histórica na formação da identidade da população afrodescendente brasileira. Os conceitos de raça e racismo no Brasil são permeados por uma diversidade de concepções relacionadas a perspectivas teóricas e ideológicas diferentes, por isso, faz-se necessário explicitar os pressupostos teóricos que norteiam nossa reflexão, que tem como objetivo enfatizar a existência de uma hierarquização social, em que *raça*, *status* e *classe social* estão intimamente interligadas (Guimarães, 1995).

Na diversidade de olhares e opiniões sobre a questão da hierarquização social relacionada à problemática do racismo, nossa aproximação foi com as reflexões teóricas produzidas na área das ciências humanas e do Movimento Negro<sup>1</sup>.

---

\* O presente texto é parte da dissertação de mestrado, concluído em julho de 2002 na Universidade Federal Fluminense – UFF.

<sup>1</sup> O uso da expressão “Movimento Negro” refere-se ao conjunto de grupos organizados, em qualquer parte do mundo, com objetivos religiosos, políticos, culturais ou acadêmicos, voltados para a luta e defesa da valorização da identidade e das matrizes culturais de origens africanas.

Com uma definição controvertida, a categoria “raça” tem sido muitas vezes empregada como sinônimo de “etnia”, porém, em nosso trabalho, consideraremos as categorias “raça” e “etnia” de forma distinta. Alguns segmentos das ciências sociais, por considerarem o conceito de raça carregado de ideologias opressivas, e que seu uso poderia perpetuar e “*reificar as justificativas naturalistas para as desigualdades entre grupos humanos*”, rejeitam esta distinção, preferindo falar de etnia quando se referem a temáticas relacionadas à questão racial. O emprego do termo etnia, a nosso ver, além de *empobrecer as possibilidades de distinções analíticas*, torna-se um meio de contornar as dificuldades de análise e posicionamento diante da categoria “raça” (Guimarães, 1995).

Frota-Pessoa (1996) chama atenção para a impropriedade da substituição do termo raça por etnia, ou grupo étnico, “*pois estes termos indicam as semelhanças culturais dentro de uma população, ou o conjunto de suas características culturais e genéticas*” (p.29-30). Em sua definição, o conceito de raça é compreendido por populações que diferem significativamente nas frequências de seus traços genéticos. Para este autor:

*“A diversidade genética existente entre pessoas de uma mesma raça deixa claro que é um termo coletivo. O nome ‘raça’ designa uma população e não um dos indivíduos que integra tal população... raça é sempre uma população heterogênea, definida por suas frequências gênicas, que diferem das de outra população”.* (p. 31)

Por ser considerada como uma categoria referenciada a partir das características fenotípicas das pessoas, o conceito de raça, nessa análise mais geral, trata de determinados traços, ou marcas físicas, percebidos como características predominantes, partilhados por membros de um mesmo grupo. Mesmo com esta definição, que aparentemente pode ser entendida como “biologizante”, e, portanto, pode induzir uma idéia “evolucionista” e hierarquizante das raças, podemos afirmar, que, do ponto de vista da genética, a idéia de raça é desprovida de qualquer valor e conteúdo científico. Entretanto, a análise de Pierre~André Taguieff, citado por Jacques d’Adesky (2001, p. 45-46), nos ajuda a perceber a importância da manutenção deste conceito de raça, pois é esta a classificação usual identificada pela população. Para Taguieff, o *homem comum* tem formas próprias de percepção e classificação social. Ele não percebe seus vizinhos com os olhos do espírito científico dos geneticistas, ele classifica e tipifica os indivíduos de acordo com suas características perceptíveis e, mais particularmente, visíveis fenotipicamente.

É importante ressaltarmos que não estamos defendendo uma definição de raça que pressuponha a idéia de um sistema de hierarquização entre elas, como a idéia da supremacia da raça branca apregoada pela doutrina racialista, ou do racismo científico, desenvolvida no século XVII, discutida no capítulo anterior. Pelo contrário, para uma análise da especificidade da natureza que fundamenta o racismo em nossa sociedade, o conceito de raça empresta um outro sentido que o redimensiona numa perspectiva política e sociológica. Nestas perspectivas, a categoria *raça*, ao ser conceituada, busca incorporar a prática social e política dos sujeitos negros, enfatizando o caráter ideológico da discriminação racial.

Ainda nesta perspectiva, quando se discute a situação do negro na sociedade brasileira, o termo *raça* é o mais apropriado, pois é o que consegue dar a verdadeira dimensão do racismo que nela acontece. Para Gomes (1995), o Movimento Negro e os cientistas sociais,

*“usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo na sociedade brasileira se dão, não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversas etnias, mas também devido à relação que se faz entre estes aspectos e os atributos socialmente observáveis dos pertencentes às mesmas. Como, por exemplo, podemos citar comentários como: ‘umbanda é suja porque é coisa de negro’; ‘cabelo do negro é ruim e do branco é bom’, entre outros”.*

(p.49)

Adotamos neste trabalho a categoria “etnia” numa perspectiva diferenciada da categoria “raça”. Etnia, então, seria um conceito mais amplo que o de raça, na medida em que ele consegue tratar a dimensão cultural e histórica dos povos estudados. No caso da cultura negra, *“ela nos permite estudar a diversidade e o resgate da ancestralidade, já que nos remete à ascendência africana do negro brasileiro e suas dimensões culturais presentes nos seus descendentes, que constituem nosso povo”* (Gomes, 1995, p. 49).

Por estar preso à noção de grupo social, etnia é um aspecto das relações sociais entre grupos que se consideram culturalmente distintos de outros grupos sociais, com os quais mantêm um mínimo de interação cultural regular (Guimarães, 1995). Segundo o

Dicionário de Política<sup>2</sup>, etnia é (...) *um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios (...)* (p.449).

Nesta mesma análise, outro autor, referindo-se à etnia como uma categoria relacionada a aspectos culturais, define-a como uma *“classificação de indivíduos em termos grupais, que partilham uma única herança social e cultural como costumes, idiomas, religião etc., transmitida de geração a geração”* (Ferreira, 2000, p.50).

Aqui, raça e etnia não são consideradas como sinônimos, sendo assim, é relevante enfatizarmos que *“membros de grupos raciais diferentes podem pertencer a um mesmo grupo étnico e membros de grupos étnicos distintos podem pertencer a um mesmo grupo racial”* (p. 50). Ferreira nos dá o exemplo da própria população africana trazida para o Brasil em condição de escrava. Pertenciam a uma mesma *raça*, com características fenotípicas semelhantes – a negra – no entanto, podemos classificá-los em três grandes grupos *étnicos* culturais distintos: os sudaneses, os islâmicos e congo-angolês. No mesmo sentido, a própria população europeia também tinha características fenotípicas semelhantes e variadas distinções étnicas.

Outra categoria relevante de definição é o conceito de “racismo” e sua configuração através da particularidade da ideologia racial brasileira. A noção de racismo neste trabalho parte daquela derivada da doutrina racialista<sup>3</sup>, importada e adaptada das teorias racistas da Europa, que se baseava fundamentalmente na idéia da superioridade racial branca, como já analisamos no capítulo inicial.

A matriz racista na qual repousa a ideologia racial brasileira, formulada e difundida no século XIX, denominada *racismo científico*, nos leva a definir o racismo como uma ideologia, um conjunto de idéias, que defende a hierarquia entre grupos humanos, classificando-os em raças inferiores e superiores, e, utilizando-se destas idéias, busca explicar e naturalizar a realidade social, no caso as desigualdades sociais dos negros em relação aos brancos. Como ressalta Silva (2001):

*“O racismo acentua atributos positivos do grupo que se acha superior e atributos negativos do que é inferiorizado, retira a humanidade do*

---

<sup>2</sup> BOBBIO, Norberto *et. al.* Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. V.2, p. 449.

<sup>3</sup> Racialismo é uma doutrina teórica e ideológica que ressalta a supremacia de uma raça sobre a outra.

*grupo racial em posição de inferioridade, transforma as diferenças em desigualdades.” (p. 77)*

Cunha Jr. (1992) define brilhantemente racismo como *“uma prática que reproduz na consciência social falsos valores e falsa verdades e torna os resultados da própria ação como comprovação dessas verdades falseadas”*(p. 149). Sendo assim, racismo é um conjunto de discriminações e exclusões ideologicamente justificadas como resultantes de deficiências físicas, morais e intelectuais dos indivíduos discriminados. Podemos então concluir, nesta reflexão, que o racismo brasileiro é um fenômeno histórico que postula a supressão categórica da população negra (e também a indígena), vista como subordinada e inferior.

Outros conceitos importantes para o desenvolvimento de nossa análise são os de preconceito e discriminação racial. Em seu sentido estrito, o preconceito consiste em uma construção mental, uma predisposição a uma idéia e julgamento preconcebidos, sem nenhuma ponderação, sobre uma pessoa ou grupo de pessoas. É um julgamento prévio baseado em *suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão*. É estabelecido e sustentado sem nenhuma comprovação concreta e mantido apesar de os fatos contradizerem (Cavalleiro, 2000). Tal fenômeno situa-se no campo do inviolável terreno da *liberdade de consciência dos indivíduos*, portanto, contra tal, é necessário o desprendimento de ações de persuasão e convencimento. No Brasil, o preconceito racial tem sua racionalidade embutida na ideologia de supremacia racial (Munanga, 1998) e no próprio processo de aquisição da teoria de raça do senso comum.

Já na década de 50, o sociólogo Oracy Nogueira (1998) apontava, em seus estudos sobre relações raciais, que no Brasil existe uma forma peculiar de preconceito racial que é o de marca, onde as pessoas são efetivamente discriminadas por sua aparência, pela cor de sua pele. Para Marcelo Paixão (2001):

*“Este sistema é, de fato, bastante maleável, chegando-se mesmo a se criar regras de bom comportamento, onde evita-se falar da cor da pele das pessoas chamadas de ‘cor’ e cada qual esconde dos demais os seus preconceitos”.* (p. 3)

A discriminação racial é a manifestação comportamental, a expressão materializada do preconceito. Tem o sentido de separar, distinguir, estabelecer diferenças,

segregar. Traduz-se em ações negativas concretas, em práticas individuais e institucionais que violam os direitos sociais e humanos e a igualdade de tratamento com base em critérios pré-estabelecidos e preconcebidos, de forma singela ou não. Sendo “*um comportamento suposto observável e relativamente mensurável*” (Munanga, 1998, p. 46), no entanto, para o seu combate, cabem as sanções das leis. Conforme definição consagrada por órgãos internacionais, como a ONU, racismo é “*qualquer distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular ou destruir a igualdade de oportunidade e tratamento*”.

### **Os estereótipos racistas e a construção da identidade estigmatizada**

Estritamente ligados à questão do preconceito e da discriminação racial no Brasil, e embutido no próprio processo de aquisição da idéia, da ideologia de raça, do senso comum, os estereótipos dizem respeito às opiniões predeterminadas que afetam as relações interpessoais e são os fios condutores para a propagação do racismo. A ideologia do branqueamento se prevaleceu dos estereótipos para consolidar a imagem negativa do negro na sociedade brasileira. No discurso racista, o uso sistemático de estereótipos associados à raça serviu, e serve, para dividir e marcar os indivíduos e grupos na sociedade (Seyferth, 1995). Através de imagens depreciativas, os estereótipos *dão origem ao estigma* que, imputados no indivíduo negro, dificultam e/ou impossibilitam sua convivência e aceitação na vida social cotidiana.

As “marcas” imputadas a pessoa ou grupo negro na relação social produz no “observador” um “olhar” preconcebido que o impede de perceber a totalidade de atributos desta pessoa ou grupo (Goffman, 1963). Segundo este autor:

*“(...) um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aquele que se encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos”. (p. 14)*

O estereótipo aparece como uma forma rígida, anônima, que reproduz imagens e comportamentos racistas, separa os indivíduos em categorias aceitáveis e não aceitáveis socialmente e sustenta a forma peculiar do preconceito brasileiro, que é o de marca. Associado às negatividades atribuídas às características fenóticas não brancas,

evidenciam de forma concreta os critérios de raça e hereditariedade que orientam a ordenação desigual da identidade social brasileira (Seyferth, 1995).

Em quase todas as situações sociais, os estereótipos lançam mão de expressões categóricas de caráter depreciativo e discriminatório associados à população negra. Como o uso de expressões relacionadas a gozação e xingamentos, referidos à cor da pele e ao caráter, como *crioulo*, *macaco*, *preto*, *negão*, *tiziu*, *carvão*, *capeta*, *saci*, *tição*, *indolente*, *arrogante*, *preguiçoso*, *atrevido*, *difícil*, *irresponsável*, “*preto quando não suja na entrada suja na saída*”, “*branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão*”. De expressões que desqualificam, evocando um comportamento social não civilizado ou animalizado, como “*preto só toma banho quando chove*”, “*negro vestido de preto é urubu de capa*”, “*não ri, mostra os dentes*”. Os mascarados pela polidez implícita nas expressões “*negro de alma branca*”, “*pessoa de cor*”, “*apesar de ser preto*”, “*nem parece que é preto*”, “*é preto mas é bonitinho*”.

Como também temos o uso de expressões, muito presentes entre a população negra, que remetem de forma “explícita” ao ideário de embranquecimento, como “*melhorar a raça*”, “*clarear a família*”, “*limpar a raça*”, “*não voltar à África*”. Estas, entre outras, são formas simbólicas que trazem em si estigmas raciais de inegável conteúdo racista, presente no imaginário popular e processados nas relações sociais.

Os componentes raciais dos estereótipos que “*afirmam características desabonadoras consideradas verdadeiras*” (Seyferth, 1995, p.199), presentes nas expressões populares, são construídos de forma aleatória, porém, afinados com o ideário que inspirou a tese do século XIX de superioridade branca e da inferioridade moral, intelectual e física do negro.

Um dos elementos mais importantes no processo de constituição social do sujeito é a identidade. Ela não é inata, se constrói em determinado contexto histórico e cultural, e está relacionada aos referenciais coletivos de inserção a um grupo, aos usos sociais das formas de reconhecimento e aos processos culturais de construção de representações simbólicas.

No campo social, segundo Gomes (1995), citando Novaes,

*“a identidade só pode ser usada no plano do discurso e aparece como um recurso para a criação de um nós coletivo - nós índios, nós mulheres, nós negros, nós homossexuais, nós professores. De acordo com a autora, esse nós se refere a uma identidade (igualdade) que, na realidade, não pode ser verificada de maneira efetiva, mas torna-se um recurso indispensável ao nosso sistema de representações. Indispensável porque é a partir da descoberta, reafirmação ou criação cultural de suas semelhanças que um grupo social qualquer terá condições de reivindicar para si um espaço social e político de atuação em uma situação de confronto”.* (p. 39)

No campo pessoal, identidade é

*“aquilo que diferencia cada um e nós e só nos iguala a nós mesmos, mesmo que seja entendida num processo de transformação, é da ordem da representação e está localizada na consciência... Ela diz respeito à imagem como a pessoa se vê no plano subjetivo, como percebe o que lhe é próprio enquanto individualidade diferenciada”.* (Gomes, 1995 p.42 e 43, citando Selaibe e Penna).

A identidade é um *“processo dinâmico que possibilita a construção gradativa da personalidade”* (Cavalleiro, 2000), e se constrói num processo de relações sociais, são forjadas nas interações entre pessoas e grupos e cristalizadas no contexto sociocultural em que o sujeito se localiza, construindo, assim, o seu eu na identificação com os elementos significativos de seu grupo social (Berger e Luckman, 1987).

Para Consuelo Silva (1995), é no contexto das interações sociais, através das identificações, que as crianças se percebem como parte do mundo social específico e, conforme o modo como são identificadas e tratadas pelos seus outros significativos, adquirem uma auto-imagem na qual moldarão sua identidade, pois é na *socialização primária* que a transmissão de valores e crenças dos agentes mediadores de seu grupo social influencia decisivamente na sua forma de pensar e agir.

Sendo a identidade construída no processo das interações sociais, quando se trata das interações entre brancos e negros, ela tende a se tornar conflitiva, pois entra em jogo nesta relação a questão das representações que cada um tem de si e do outro, e estas representações tramitam imagens de identidades que se processam num campo simbólico



mediante a atribuição de papéis de reconhecimento social. Segundo Berger e Luckman, (1987), estes papéis sociais corporificam a ordem social e são absorvidos pela autoconsciência dos indivíduos, podendo levá-los a auto-identificar-se com as tipificações que lhes são socialmente atribuídas.

Se, no entanto, o indivíduo constitui suas concepções de realidade nas relações de interações, e se essas relações *são mediadas por padrões, por crenças, práticas e normas de toda a sociedade* (Ferreira, 2001, p. 44), e, se a sociedade também é parte deste indivíduo, as suas representações sociais são constituintes do seu mundo simbólico pessoal e são construídas através de um processo dialético no qual ele é co-participante. Ora, isto implica dizer que a auto-imagem, a auto-representação do sujeito, construída na experiência social, implicará profundamente na formação da sua identidade e na sua vivência social, pois as especificidades de tais experiências determinarão a maneira como ele constrói e organiza suas referências no mundo.

No Brasil, como em toda a diáspora<sup>4</sup> negra, o sujeito negro, ao contrário dos brancos, teve, e tem a sua origem africana e seus valores culturais e humanos sistematicamente associados a qualidades negativas. Estas associações simbólicas tecem na identidade da pessoa negra a condição de escravizado, remetida ao seu passado, e os estigmas de inferioridade e desqualificação, fundados nos preconceitos atribuídos a suas características fenóticas, onde a cor de sua pele opera como referência estereotipada. Podemos supor, então, que os *símbolos de estigma*, as imagens desvalorativas e inferiorizantes, atribuídas pelas chamadas “*peçoas normais*” (Goffman, 1982), a respeito da pessoa negra, passam a ser interiorizados no decorrer da formação de sua identidade.

### **A interação social e formação da subjetividade na infância**

Tendo como referência teórica os estudos de Lev Semyonovitch Vygotsky (1896 – 1934), e as análises de suas perspectivas sobre o desenvolvimento humano, realizadas por Vasconcellos (1997 e 2002) e Oliveira (2000), buscamos desenvolver algumas reflexões os aspectos culturais e históricos presentes no desenvolvimento da criança. Buscamos, com isso, algumas pistas, apoiadas na psicologia da infância, para uma reflexão

---

<sup>4</sup> Diáspora, na definição do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2001, Ed. Nova Fronteira, significa (...) dispersão de povo(s) em virtude de perseguição de grupo(s) intolerante(s). Entretanto, usualmente, este termo é utilizado pelo Movimento Negro para designar a população negra que está fora do Continente Africano.

sobre a problemática do racismo, a partir do processo de internalização das práticas sociais que emergem das interações vivenciadas pelas crianças na sociedade, em especial as negras, sobretudo no ambiente escolar.

A perspectiva socio-histórica, cultural, nos possibilita encontrar “espaços” de investigação do processo de internalização de aprendizagens de práticas sociais racistas e estereotipadas sobre a população negra no processo de constituição do sujeito humano, nos remetendo para os significados e os sentidos deste aprendizado na vida e na formação humana da criança negra. Este pressuposto possibilita também compreender a importância de se ter atenção à qualidade das interações sociais na formação da subjetividade da criança negra.

Ao refletir como a produção da realidade preconceituosa e discriminadora vivenciada pela criança negra, realidade que emerge das relações intersubjetivas das quais ela participa, contribui para uma ordem social injusta e desigual, chamamos atenção para a importância do conhecimento desses mecanismos sociais existentes no desenvolvimento infantil e na elaboração de uma pedagogia que vise a superação de aprendizagens de preconceitos, de valores, de atitudes e comportamentos racistas.

O significado das ações humanas e os sentidos produzidos nas práticas sociais são múltiplos e tornam-se significativos para os sujeitos, de acordo com as posições e os modos de participação deles nas relações sociais que estabelecem. Sendo assim, a apropriação destas práticas torna-se essencialmente uma questão de pertencer e participar das mesmas, onde o sujeito, na dependência e na diferenciação do outro, se constitui nas relações significativas com esse outro. Nesse sentido, a ação partilhada, a interação, imitação e o afeto exercem papel fundamental no processo do desenvolvimento humano, e este processo se dá de *“forma permanente e indeterminável, do nascimento à morte, dando-se em todo ciclo vital, em ambientes estruturados pela cultura, regulados pelo meio social e marcados pela história da humanidade, na singularidade de cada sujeito”* (Vasconcellos, 2002, p. 47-48).

Em sua análise sobre o desenvolvimento humano, Vygotsky tem como preocupação fundamental o processo de interação social. Para ele, todo desenvolvimento é alicerçado sobre o plano das interações, ou seja, é no plano intersubjetivo, isto é, entre pessoas, *“nas trocas do sujeito com o outro, o seu objeto social, que têm origem as funções*

*mentais superiores*”, como memória, percepção, pensamento e atenção (Vygotsky, 1984/94) que a pessoa humana se forma. É na aprendizagem originada neste plano intersubjetivo, apoiado em recursos auxiliares oferecidos pelo outro (de forma direta ou indireta), que se constrói o desenvolvimento de cada pessoa humana.

O sujeito constitui suas formas de ação e sua consciência nas relações sociais que estabelece com os seus outros sociais. A ação de cada pessoa é considerada a partir da ação entre sujeitos. Esta afirmativa nos orienta para a compreensão de que a construção da intra-subjetividade, o interior do sujeito, se dá nas dimensões social e individual (Vygotsky, 1984/94). Nessa perspectiva, a premissa é de que o sujeito, desde o nascimento, se constitui como tal através de suas interações em ambientes organizados por seus outros sociais, e o seu desenvolvimento humano é entendido como um processo de apropriação de experiências históricas e culturais. Vygotsky, em seus estudos, destaca que, numa relação dialética com o mundo, o sujeito, em processos de interação, ao mesmo tempo que internaliza as formas culturais, transforma-as, intervindo assim em seu meio social.

Para Vasconcellos:

*“Nas interações e diferentes formas de parcerias estabelecidas com o outro, cada sujeito humano desempenha papel ativo e constitutivo. O ato de conhecer é resultado da internalização de experiências significativas, nas quais o meio físico e o social exercem papel determinante”.* (2002, p. 48)

A estrutura fisiológica da criança não é o suficiente para o desenvolvimento de suas características individuais humanas, como modo de agir, pensar, sentir, pois elas dependem da interação com o meio físico e social, numa ação recíproca entre organismo e meio. Para Vygotsky (1994):

*“Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de*

*desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social”. (p. 40)*

Sendo assim, o percurso do desenvolvimento humano se dá “de fora para dentro” e é marcado pela inserção do sujeito em determinado grupo sociocultural.

*“Isto é, primeiramente o indivíduo realiza ações externas, que serão interpretadas pelas pessoas a seu redor, de acordo com os significados culturalmente estabelecidos. A partir dessa interpretação é que será possível para o indivíduo atribuir significados a suas próprias ações e desenvolver processos psicológicos internos que podem ser interpretados por ele próprio a partir dos mecanismos estabelecidos pelo grupo cultural e compreendidos por meio dos códigos compartilhados pelos membros desse grupo”. (p. 15)*

Buscando complementação na contribuição de Henri Wallon (1879-1962), destacamos a análise desenvolvida por Vasconcellos (1997 e 2002) da teoria da psicogênese do desenvolvimento humano daquele autor. Para a autora, Wallon demonstra em seus estudos que, tanto as relações entre as características orgânicas e as adquiridas socialmente, quanto nas relações entre a pessoa e seu grupo social, estão sempre em interação. Sendo assim, o processo de desenvolvimento só pode ser compreendido em sua totalidade.

Ela nos chama atenção da importância de estarmos voltados para a totalidade das relações humanas de que a criança *faz parte e modifica*, para entendermos seu processo de desenvolvimento. A criança, para ele, é uma pessoa abrangente, concreta, contextualizada, *“é um ser geneticamente social... um ser biológico que nasce já social e membro de um grupo com cultura e linguagem próprias”* (Vasconcellos, 2002, p. 50).

Vasconcellos destaca, em sua análise walloniana, a importância da emoção. Para Wallon, a emoção é um tipo particular de manifestação afetiva, que assume papel cultural no processo de desenvolvimento da criança. A emoção é o primeiro recurso que o ser humano dispõe para comunicar-se e interagir com o outro. Esta manifestação afetiva, emocional, é algo perceptível, que pode ser visto pelo outro e é sempre acompanhada de expressões específicas. Estas manifestações não são espontâneas, são reguladas pela cultura, pois cada cultura tem suas próprias regras de expressão.

Para esta autora:

*“Wallon (1949/95) brinda-nos com a noção de ‘Constelação Familiar’, que propicia a criança ao nascer, um contexto social e simbólico, onde seus outros sociais mediarão e interpretarão suas ações no mundo, dando a elas, desde sempre, significados. Essa mediação na tensão de compreender o que pertence a ela (criança) e o que pertence ao ambiente - na busca de diferenciação entre ela e o outro - acaba por ocupar lugar de contexto em si, isto é, contexto da emoção”.* (p. 47)

Independentemente de sua origem racial ou social, a criança, a partir de uma concepção walloniana (1989), sempre será compreendida como *essencialmente emocional*, que gradualmente se constitui num *ser sociocognitivo com uma visão única e particular de sua existência*. É fundamental destacar, no processo do seu desenvolvimento humano, o *“significado das trocas relacionais, das ternas e apaixonadas adesões existentes entre a criança e seus outros sociais”*, Vasconcellos (1997, p.2).

Se a criança, para Wallon (1989), é um ser que já nasce num mundo estruturado pela cultura e pela linguagem, podemos então, a partir de suas reflexões sobre o desenvolvimento infantil, buscar compreender como se dá o processo de construção da auto-imagem da criança negra numa sociedade ideologicamente embranquecida. Ao nascer num mundo cultural e simbólico, até os três anos de idade, dependerá completamente da interpretação dos seus outros sociais para compreender as coisas do mundo. São esses outros que darão formato e expressões às suas ações e aos seus movimentos, estando então, desde cedo, sensível à disposição dos que a cuidam.

Nesse processo, através de imagens e palavras, vão incorporando os afetos e desafetos, as representações e as ideologias presentes no mundo que a circula. E é através da imitação que a criança expressa e experimenta os significados e os sentidos das coisas, boas ou más, tendo assim, *“a função de favorecer o surgimento da identidade do sujeito”* (Vasconcellos, 1997).

No desenvolvimento cognitivo da criança negra, as idéias e imagens negativas imputadas às suas características corporais e à sua identidade cultural e histórica, tidas como atributos de desvalor, tornam-se, na emergência de constituição de significados de si e do mundo, um imperativo para a sua aprendizagem das diferenças e das similaridades.

## **A internalização das práticas sociais as representações simbólicas da criança**

Ao analisarmos o movimento de cada indivíduo de internalização/ apropriação da realidade física e cultural em que está inserido, buscamos compreender o processo de aquisição dos conteúdos específicos transmitidos pelos outros e de como o indivíduo adquire e participa dessa experiência.

Segundo Vygotsky, as funções mentais superiores são construídas através das relações sociais internalizadas, e o ser humano se constitui como tal nas relações sociais que estabelece. Neste sentido, a internalização é o resultado dos processos de desenvolvimento e aprendizagem humana alicerçados no plano das interações entre sujeitos, e as funções psicológicas que emergem e se consolidam nesse plano tornam-se internalizadas, constituindo assim a forma própria de cada um ser. Este plano interno, intra-subjetivo, não é um plano de consciência preexistente que se atualiza, mas um modo de funcionamento que acontece na internalização resultante da apropriação inovadora das formas de ação, e esta apropriação possibilita tornar os valores e normas socialmente estabelecidos como sendo próprios e pertinentemente adequados. E o que o sujeito fará nas suas formas de ação dependerá das ocorrências encontradas no seu contexto interativo e das estratégias e conhecimentos dominados por ele.

Na perspectiva sócio-histórico-cultural, o processo de desenvolvimento e aprendizagem humana se dá através das incorporações da cultura, entendida como domínio e transformação dos modos culturais de agir, pensar e se relacionar com os outros e consigo mesmo. O indivíduo, no seu processo de formação, em sua esfera particular, subjetiva, se desenvolve naquilo que ele é através daquilo que ele produz para “e com” os outros, sendo assim, são as relações sociais em que o indivíduo está envolvido que explicam seu modo de ser, de pensar, de agir e de relacionar-se. São, então, afetados na história das relações com os outros, de diferentes modos e maneiras, pelas muitas formas de produção das quais participam.

No estudo sobre a teoria vygotskiana, Vasconcellos (2002) considera que o processo de internalização das sugestões sociais oriundas do meio social *físico e afetivo (meio externo)*,

*“descreve a forma como a pessoa, em desenvolvimento, transforma ativamente a experiência interpessoal em formas semióticas novas (intrapessoais), reconstruindo, assim, suas atividades psicológicas, a partir de operações com signos. Essa (re)construção interna acontece na produção feita pela criança de ‘instrumentos psicológicos’ como imitação... e linguagem... Essa atividade particular acontece em interdependência com o mundo pessoal e afetivo. O indivíduo incorpora a cultura, age nela, participando das experiências culturais e reestrutura suas atividades psicológicas”.* (p. 69)

A interação do sujeito no e pelo meio desencadeia o processo de formação das suas “funções mentais superiores”. Este meio, *“que não é só físico, mas é, principalmente, carregado de significados e é, portanto, prenhe de ideologia, de história, de cultura”*. (Vasconcellos, 2002, p.60). A consciência, então, para Vygotsky, seria o resultado da interação dessas funções, num contexto histórico, social e cultural.

Para Vygotsky, a linguagem, enfocada em forma de *palavra (signo verbal)*, age decisivamente na estrutura do pensamento da criança, sendo um *instrumento de comunicação e uma ferramenta psicológica* básica para a construção de seus conhecimentos.

A palavra, inicialmente, na criança pequena, aparece como meio nas atividades internas e tem seu significado definido pelo objeto a que se refere. Através do uso das palavras, a criança supera as limitações imediatas do ambiente onde está, já que a palavra dispensa a mobilidade física, levando o falante para onde ele quiser ir (Vasconcellos, 2002, p. 72), independentemente de ser uma ação presente ou imaginada.

Para a autora, *“as situações concretas mediadas pela fala, pelo outro social... vão se apresentando à criança e já chegam repletas de significados”* sociais (p. 72). Nesta perspectiva, podemos enfatizar também na linguagem a existência de uma conexão entre os fatores sociais de natureza cultural e histórica.

A criança nasce num mundo simbólico, onde os significados das “coisas” são usados pelos indivíduos para controlar seu ambiente e a si próprios. Na interação estabelecida com os outros de sua cultura – familiares, colegas, professores –, a criança vai construindo seu próprio sistema de significação e a sua auto-imagem. A interação, portanto, tem um papel fundamental na construção destes significados culturais.

O processo de internalização da cultura e das práticas sociais do meio está inserido, “*refletido e refratado*”, no movimento das concepções ideológicas e sociais, ou seja, está inserido nos valores e idéias que compõem a organização da sociedade. Estes valores e idéias, marcados por diferentes épocas da história, refletem, de forma sutil, sensível e profunda, as características da vida social e o conjunto de significados que a humanidade historicamente foi produzindo.

Vygotsky salienta que a linguagem é um instrumento de comunicação que tem dado *configuração à evolução cultural dos povos*. Dessa forma, para Rossato e Gesser (2001), as crianças aprendem e internalizam o que se vincula no contexto em que vivem, e isto também se dá no caso específico da discriminação racial. Elas aprendem a internalizar também as representações racistas. Exposto a esta aprendizagem, o racismo internalizado é propagado *intra e intergerações*. Este fenômeno não é algo do passado, infelizmente, ele é um dos problemas centrais a serem desestruturados.

### **A construção da identidade da criança negra e o processo educativo**

O racismo no Brasil, e suas derivações, como o preconceito e a discriminação racial, são historicamente produzidos e reproduzidos no âmbito simbólico-cultural e através das práticas sociais mais simples como as instituídas pela família e pela escola. E essas práticas sociais são fundadas numa ideologia de superioridade “brancocêntrica” e dominante, que se dá num processo de desfiguração da identidade social e cultural da população negra.

A educação é um processo social no qual os sujeitos sociais têm acesso aos conhecimentos, valores e realidades culturais historicamente construídos pela humanidade e deles se apropriam. A apropriação destes símbolos sociais representa um ato político que pode levar à construção de cidadãos críticos e atuantes, ou “*conformados à realidade apresentada*” (Cavalleiro, 2000).

No processo educativo, a escola é o espaço privilegiado para o desenvolvimento afetivo e cognitivo de seus educandos. Através das variadas linguagens, exerce influências na formação da subjetividade de seus membros, pois tem papel importante



de mediadora entre o âmbito da vida cotidiana e os âmbitos não cotidianos da vida social, apresentando e significando o mundo social circundante.

O contato social que a criança estabelece na escola amplia e intensifica sua interação com outras crianças, adultos e “*com outros objetos de conhecimentos*”, que vão possibilitar modos diferentes de leitura e compreensão do mundo (Cavalleiro, 2000). Essas experiências podem ser positivas ou negativas para o pleno desenvolvimento da criança, o que vai depender da maneira como a escola trabalha os tópicos do conhecimento. Sem dúvida, é no currículo, na organização escolar e nas relações sociais que se estabelecem no seu interior, de forma explícita e implícita, que permeiam os valores e crenças construídos no imaginário da sociedade, imaginário no qual o ideal de branqueamento e as experiências culturais de “branquitude” são símbolos de valor e de identidade social.

Para Silva (1995), a criança negra – e também a branca - constrói seu autoconceito através de sua inserção no mundo, a partir dos julgamentos e comparações aos quais é submetida, tornando-se *sensível ao tratamento benevolente ou hostil de outros sujeitos* de seu meio social. Este tratamento dado pelos outros sociais proporciona a percepção da auto-imagem (imagem corporal) e da auto-estima.

No processo escolar, a criança negra toma contato com todo o processo histórico de fabricação de uma subjetividade baseada no negro caricatural, construída com bases nos estereótipos negativos construídos socialmente. Souza (2001), quando investiga em sua tese de doutorado os grupos do Movimento Negro de Franca e Ribeirão Preto, SP, verifica que

*”a escola é importantíssima na afirmação do racismo, é na escola que a criança tem um verdadeiro choque com a percepção do significado de ser negro. A diferença que antes era sentida como algo nebuloso, agora torna-se clara, mas com toda a carga negativa do significado da diferença racial, do significado de ser negro nessa sociedade”.* (2001, p. 58)

Os padrões estéticos estabelecidos e convencionados culturalmente são elementos definidores no processo de identificação, avaliação, aceitação e atratividade exercidas pelas pessoas significativas para nós. Esta atratividade influirá fortemente sobre a percepção que o sujeito tem de si (auto-imagem) e em seu autoconceito. As relações de

interação conflituosas, caracterizadas pelos preconceitos, vivenciadas pelas crianças negras na escola, podem trazer sérios danos à sua estrutura psíquica, induzindo-as a experimentar sentimentos de baixa auto-estima, insegurança e desvalorização e, “*conseqüentemente, uma auto-rejeição*” (Silva, 1995).

Diante da predominância na sociedade de sentimentos e idéias negativas, preconceituosas e estereotipadas historicamente construídas sobre o negro, e ao contrário, da construção de uma visão positivada do branco em todos os sentidos da vida humana, a escola, muitas vezes, presta um desserviço social ao não reconhecer os aspectos socioculturais da população negra como *status* de valor para a humanidade.

### **Referências Bibliográficas**

BERGER, P. L. & LUCKMAN, T. A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar – Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CUNHA J., Henrique. Identidades negras e educação. In: 300 anos de Zumbi dos Palmares. Número Especial. Revista do CCHLA –UFP, n° 3. João Pessoa: 1995.

D’ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo – racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FERREIRA, Ricardo Franklin. Afro-descendente – Identidade em Construção. Rio de Janeiro/São Paulo: Fapesp – Educ – Pallas, 2000.

FROTA-PESSOA, Oswaldo, Raça e eugenia. In: SCHWARCZ, L.M. e QUEIROZ, R, S. (orgs.). Raça e diversidade. São Paulo: EDUSP - Estação Ciência, 1996.

GOFFMAN, I. Estigmas: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

GOMES, Nilma L. A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Maza edições, 1995.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Raça”, racismo e grupos de cor no Brasil. In: Estudos Afro-asiáticos. n.27, Rio de Janeiro: CEAA, 1995.

LOPES, Helena T. Educação e identidade. Cadernos de Pesquisa. n.º 63. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1987.

MUNANGA, K. Teoria sobre o racismo, In: Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Estudos e Pesquisa. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.

\_\_\_\_\_. (org). Estratégias políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP/ Estação das Letras, 1996.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetinga. São Paulo: EDUSP, 1998.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. Interações sociais e desenvolvimento: A perspectiva socio-histórica. Cadernos Cedes, n.º 35, 2ª edição. Campinas: 2000.

PAIXÃO, Marcelo. Desenvolvimento humano e as desigualdades étnicas no Brasil: um retrato de final de século. Mimeo. Rio de Janeiro: 2000.

ROMÃO, Geruse. Por uma educação que promova a auto-estima da criança negra, Cadernos do CEAP, Rio de Janeiro: 1999.

ROSSATO, Cesar e GESSER, Verônica. A Experiência da Branquitude Diante de Conflitos Raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses In: CAVALLEIRO. Eliane dos Santos (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2001.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In. Anuário Antropológico. nº 93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SILVA, Consuelo Dores. Negro, qual é o seu nome? Belo Horizonte: Mazza, 1995.

SILVA, Jaime José da. Mestiçagem e Identidade: o desafio brasileiro. Monografia de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: PUC, 2002.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores(as) para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: Eliane Cavalleiro (org). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

TEODORO, Maria de Lourdes. Identidade, cultura e educação. Cadernos de Pesquisa, n.º 63. São Paulo: 1987.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. Etnia, raça e educação no Brasil. Programa de Pós-Graduação em Educação – UFF. Mimeo. Niterói: 1997.

\_\_\_\_\_. Construção da subjetividade: processo de inserção de crianças pequenas e suas famílias à creche. Tese apresentada concurso para professora titular em Educação Infantil. UERJ. Rio de Janeiro: 2002.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WALLON, Henri. Origens do Pensamento na Criança. São Paulo: Manole, 1989.